

# CPI, PC e revisão

Os recentes acontecimentos em torno da CPI do Orçamento — as novas denúncias de José Carlos envolvendo mais parlamentarês e a perspectiva de depoimento de PC Farias no próximo sábado — aumentam a taxa de imprevisibilidade quanto ao futuro da revisão constitucional.

Tome-se como hipótese de raciocínio a afirmação do senador Paulo Bisol (PSB-RS) de que, a partir dos dados novos que está compulsando, as investigações da CPI podem alcançar mais de uma centena de parlamentares, levando-os a sanções variadas — basicamente a perda de mandato — por falta de decoro e corrupção explícita.

Bisol, como se sabe, participou de recentes investidas policiais em casa de diretores de empreiteiras em Brasília. E de lá saiu com nova e fartíssima documentação, segundo ele altamente comprometedor. Não precisou ainda o conteúdo do que examina. Mas, ao deixar no ar suspeitas e insinuações genéricas, aumentou a intranquilidade entre seus colegas e irritou o senador Jarbas Passarinho, que vem combatendo esse tipo de atitude, que considera ineficaz para o desenvolvimento dos trabalhos, além de fator de perturbação política.

Bisol não concorda e, invocando sua formação de juiz, promete continuar investigando por conta própria. Passarinho não condena a investigação, mas o alarde precipitado em torno de informações ainda não aprofundadas, cuja divulgação prévia e fora de contexto apenas esvazia sua eficácia e elimina o fator surpresa.

O ponto, porém, não é esse. Se, até aqui, com menos de duas dezenas de parlamentarês *sub judice*, tem sido difícil fazer a revisão constitucional decolar, dado o descrédito público da instituição, como en-

tão fazê-lo diante da perspectiva de ampliação do contingente de suspeitos, como sugere Bisol? Claro está que os partidos contrários à revisão, como PT, PDT, PSB e PC do B, irão explorar à exaustão esse calcanhar-de-aquiles do Congresso. Já tiveram uma primeira e expressiva vitória com a prorrogação da CPI por mais 45 dias, que não estava inicialmente nos planos dos partidos conservadores e do presidente e relator, Jarbas Passarinho e Roberto Magalhães, respectivamente.

Esses partidos, embora de pouca expressão numérica no Congresso, têm grande penetração junto à sociedade civil organizada — sindicatos e entidades associativas como UNE, OAB, ABI e CNBB —, que têm demonstrado desconfiança (para dizer o mínimo) quanto à revisão. A tese que sustentam é simples e contundente: como permitir que gente sob suspeita de lesar os cofres públicos reescreva a Constituição, a Carta Magna do País? Esse foi o tema central de recente programa de televisão do PC do B. E é também o argumento do Diretório Nacional do PT para justificar sua inflexibilidade quanto ao tema.

O Diretório do PT, em confronto com a própria bancada do partido na Câmara, não admite participar do processo sequer para obstruí-lo. Quer negá-lo a todo o custo, na esperança de suprimi-lo. Os partidos favoráveis à revisão acham uma temeridade tentar desqualificar moralmente o Congresso para sustar a revisão. E argumentam: se não tiver competência moral para fazer a revisão, não há por que o Congresso permanecer aberto. Se não puder fazê-la, não pode mais nada, pois não existe meia confiança, assim como não existe meia gravidez. Daí para a fujimorização do processo, é um caminho bem curto.